

MUNICÍPIO DE CHAPADINHA - ESTADO DO MARANHÃO

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)

RECURSO ADMINISTRATIVO

Pela afronta ao princípio de vinculação ao Edital
Art. 5ª da Lei 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

SUSSEL TROFEUS E PLACAS LTDA., regularmente inscrita CNPJ 54.719.745/0001-34, com endereço à Rua Durvalino Binato, 265 – Jd. Aeroporto, CEP 19.813-170, Assis – SP, através de seu representante legal, vem interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** com base nas razões que passa a expor.

DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, é de assinalar que o presente recurso é tempestivo, conforme prazo assinalado no Edital, na legislação em vigor, bem como registrado no próprio sistema.

DOS FATOS e DO DIREITO

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, através da Secretaria de Estado de Saúde, iniciou procedimento licitatório na forma ELETRÔNICA, que tem por objeto a *“registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na confecção de matérias em MDF, acrílico e vinil de interesse da administração pública de Chapadinha”*.

A comissão licitante entendeu por bem habilitar e classificar a empresa Recorrida MAYARA SHIELEI DA SILVA E SILVA – ME., contudo, a decisão de habilitação e classificação da empresa Recorrida, com todo

o respeito aos condutores do certame, não é só equivocada como absolutamente ilegal, tendo em vista que a Recorrida deixou de atender a diversas exigências do Edital, ao qual está vinculado o certame, nos exatos termos do art. 5º da Lei que o rege.

Além disso, a Recorrida descumpriu exigências que motivaram a inabilitação de outras concorrentes que apresentaram melhor proposta de preços, o que pode evidenciar não só desrespeito ao princípio da isonomia entre os licitantes como DIRECIONAMENTO do certame, que exige documentos absolutamente atípicos para o segmento.

Descumprimento do subitem 10.3.10 do edital

Vejamos a exigência expressa do **Item 10.3.10** do Edital:

10.3.10 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar certidões negativas que comprovem a inexistência de falência ou recuperação judicial da empresa e de seu(s) sócio(s). Também será necessário fornecer certidões de liquidação judicial, insolvência civil e execução patrimonial da empresa e de seu(s) sócio(s), bem como certidões relativas a execuções cíveis e fiscais, estaduais e federais da empresa e de seu(s) sócio(s). Todos os documentos devem estar dentro do prazo de validade indicado na própria certidão ou, caso não haja essa informação, devem ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data de sua apresentação. As certidões devem ser expedidas pelo distribuidor competente da sede da licitante ou de seu domicílio;

A RECORRIDA **não apresentou** integralmente as certidões obrigatórias para comprovação de regularidade jurídica e financeira:

Certidão de Execução Estadual do sócio (validade de 30 dias);
Certidão de Execução Federal da empresa e do sócio (validade de 30 dias);
Certidão de Liquidação Judicial da empresa e do sócio (validade de 30 dias);
Certidão de Insolvência Civil da empresa e do sócio (validade de 30 dias);
Certidão de Execução Patrimonial do sócio (validade de 30 dias);
Certidão de Insolvência Civil sócio e empresa (validade de 30 dias)

A Recorrida apresentou certidão de falência da pessoa jurídica, todavia, não apresentou as demais, que foram motivo para desclassificação das demais licitantes, que ofertaram melhor proposta de preços, senão vejamos:

21/03/2025 13:13:56 - Sistema - (CONT. 1) necessário fornecer certidões de liquidação judicial, insolvência civil e execução patrimonial da empresa e de seu(s) sócio(s)(...)"

24/03/2025 15:09:43 - Pregoeiro - Em análise realizada na documentação de habilitação da empresa Multi Troféus - Troféus e Medalhas Ltda ME, verificamos que a mesma não apresentou Balanços patrimoniais exigidos no subitem 10.3. Qualificação Econômico-Financeira (NEM O PRÓPRIO SICAF APRESENTOU NA SUA COMPOSIÇÃO DO DOCUMENTO), Nenhuma das solicitações do item foi apresentada; Não consta garantia da proposta conforme solicitado no subitem 10.5.8. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta será exigida no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, devendo ser apresentada por meio de uma das seguintes modalidades; **Não atendeu ao subitem 10.3.10** (Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar certidões negativas que comprovem a inexistência de falência ou recuperação judicial da **empresa e de seu(s) sócio(s)**). Também será necessário fornecer **certidões de liquidação judicial, insolvência civil e execução patrimonial...**

24/03/2025 15:09:43 - Pregoeiro - (CONT. 1) da empresa e de seu(s) sócio(s), bem como **certidões relativas a execuções cíveis e fiscais, estaduais e federais da empresa e de seu(s) sócio(s)**. Todos os documentos devem estar dentro do prazo de validade indicado na própria certidão ou, caso não haja essa informação, devem ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data de sua apresentação. As certidões devem ser expedidas pelo distribuidor competente da sede da licitante ou de seu domicílio);

Atestado de Capacidade Técnica Possivelmente Fraudulento

O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora merece especial verificação.

O único atestado apresentado para fins de comprovação da aptidão técnica da empresa é datado de 07.02.2025, emitido pela empresa JAMES GLEYDYSTON SANTOS FONTELES, inscrita no CNPJ 40.928.793/0001-28:

Ocorre que a referida empresa não está em atividade desde FEVEREIRO DE 2023, compulsando a situação cadastral da referida empresa, obtém-se a seguinte informação, conforme documento que também se anexa:

 MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL			
CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ			
NÚMERO DO CNPJ 40.928.793/0001-28		DATA DA BAIXA 24/02/2023	
DADOS DO CONTRIBUINTE			
NOME EMPRESARIAL JAMES GLEYDYSTON SANTOS FONTELES 61737100304			
ENDEREÇO			
LOGRADOURO TV PEDRO JORGE		NÚMERO 1	
COMPLEMENTO *****	BAIRRO OU DISTRITO CORRENTE	CEP 65.500-000	
MUNICÍPIO CHAPADINHA	UF MA	TELEFONE (98) 8144-4163	
MOTIVO DE BAIXA			
Extinção Por Encerramento Liquidação Voluntária			

Além disso, o atestado é absolutamente genérico, não informa a data de realização dos serviços ou mesmo os quantitativos.

Há forte indício de falsidade documental, sendo essencial solicitar a apresentação de contrato e **notas fiscais** relativas ao atestado, para que se verifique a autenticidade da relação comercial, sob pena de inabilitação da Recorrida.

Descumprimento do subitem 10.5.6 do edital

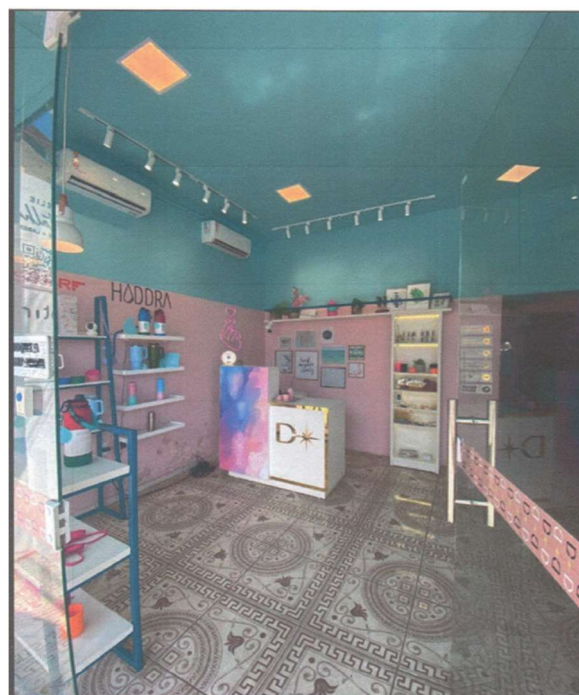
A exigência editalícia não só é clara como tem uma finalidade específica, senão vejamos:

10.5.6 Apresentar fotos da fachada e interior da empresa, acompanhada de Declaração de localização e funcionamento com (Georreferenciadas) que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). O item é de ordem obrigatória e

visa tão somente à **comprovação de estrutura mínima, estoque e capacidade técnico-funcional da empresa** em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas “fantasmas” ou qualquer outro tipo;

Ora, as fotos deveriam evidenciar a estrutura da empresa, ESTOQUE e capacidade TÉCNICO-FUNCIONAL, ou seja, maquinário e espaço de fabricação dos itens licitados.

Com a devida vênia, as fotos anexadas são de um pequeno escritório, sem qualquer estrutura, estoque, ou evidência de estrutura de fabricação, senão vejamos:



Ou seja, a Recorrida apresentou uma declaração de georreferenciamento, porém sem comprovação, não apresentou fotos que comprovem a existência de equipamentos básicos necessários para a execução dos serviços, estrutura, estoque ou capacidade funcional exigidos pelo edital ou de qualquer atividade equivalente, sendo assim, deve ser inabilitada para que se mantenha a legalidade do certame.

Descumprimento subitem 10.4.4 do edital

A Recorrida também não atendeu a exigência do Edital, conforme item 10.4.4 que assim determina:

10.4.4 A empresa deverá apresentar declaração formal de sua capacidade técnica, assinada por seu representante legal, atestando a experiência prévia em serviços de natureza similar aos descritos neste edital. A declaração deve incluir informações sobre os tipos de serviços executados, o período de execução, e a quantidade de contratos ou projetos relevantes realizados, evidenciando a competência da empresa para realizar as atividades solicitadas.

A Recorrida **não apresentou** a Declaração de Capacidade Técnica exigida, assinada por seu representante legal.

Mais uma vez, considerando o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, deve a Recorrida ser inabilitada.

Inicialmente, lembre-se que a realização de diligências somente seria cabível para a complementação de documentos, não havendo legalidade na sua realização para apresentação de documento exigido no instrumento convocatório e que foi sonegado pela licitante.

Como se vê, para manter a legalidade do certame, outro caminho não há senão a inabilitação e desclassificação da Recorrida, o que mais uma vez se requer, mesmo porque, não há que se falar em complementação de documentos ou realização de diligência para esse fim, uma vez que os documentos comprobatórios e obrigatórios não foram apresentados. Neste sentido, há de se observar o PARECER n. 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU, da ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, que muito bem explanou o tema, concluindo o seguinte:

Ante o exposto, opina-se para que se mantenha a observância das normas do Decreto nº 10.024, de 2019, que estabelecem **a necessidade de apresentação de documentação de habilitação juntamente com a proposta e que não permitem apresentação posterior de documento não apresentado**, razão pela qual não se vê necessidade de alterar os modelos de instrumentos convocatórios, ressalvada ulterior alteração do Decreto.

Assim como nenhuma letra da Lei é morta, nenhuma exigência do Edital é inútil ou passível de ser ignorada, posto que se destina a garantir não só a regularidade do certame, mas a segurança de que os concorrentes, de fato, atendem as exigências necessária para o objeto licitado, tanto mais no caso de prestação de serviços.

O princípio da vinculação ao Edital, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da IGUALDADE, IMPESSOALIDADE, PUBLICIDADE, MORALIDADE e PROIBIÇÃO ADMINISTRATIVA, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Nesse sentido também é a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras estabelecidas no ato convocatório. (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª. Turma STJ, DOU 5/12/2009)

Ou seja, a Recorrente apresentou criteriosamente os documentos exigidos pelo Edital, sendo certo que será prejudicada pelo tratamento diferenciado à Recorrida, caracterizando-se ilegalidade.

Em suma, para que se mantenha a legalidade do processo licitatório, é necessário que a Recorrida seja inabilitada e/ou desclassificada, ante a demonstração efetiva de que seus documentos não atendem às exigências do Edital, o qual faz lei no certame, obrigando que todos os documentos e informações sejam analisados à luz dos princípios jurídicos obrigatórios a todos os atos públicos.

DO PEDIDO

Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, a empresa **RECORRENTE**, interpõe **RECURSO ADMINISTRATIVO**, requerendo seu provimento, para fins de inabilitar e desclassificar a empresa Recorrida, para prosseguimento do procedimento licitatório, a fim de assegurar a legalidade do certame.

Termos em que pede deferimento.
Assis – SP, 27 de março de 2025.

SUSSEL TROFEUS E PLACAS LTDA.
CNPJ 54.719.745/0001-34